

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/ SMSP / COGEL / 2003

PROCESSO Nº 2001-0.175.578-0

CONCORRÊNCIA Nº 21 / SMSP / COGEL / 2002.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DETENTORA: CBM CENTRAL BRASILEIRA DE MADEIRAS LTDA

Aos *seis* dias do mês de *junho* do ano dois mil e três, no Gabinete da Secretaria Municipal das Subprefeituras, situada à Rua Libero Badaró, 425 – 35º andar – Centro - São Paulo, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, neste ato representada pelo Secretário Municipal das Subprefeituras, Senhor **ANTÔNIO DONATO MADORMO**, e a empresa **CBM CENTRAL BRASILEIRA DE MADEIRAS LTDA** sito à Av. Vereador João de Luca, nº 1650 – Jd. Prudência – São Paulo / SP, Tels: 5562-0922 / 5562-0956, CNPJ nº 69.172.963/0001-79, neste ato por seu representante legal, conforme documento comprobatório, nos termos da Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal 41.772/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis à espécie, resolvem **REGISTRAR OS PREÇOS DOS MATERIAIS especificados na clausula I -"Objeto "**, em conformidade com o Despacho constante às fls. 575 / 576 e fls. 590 do processo epigrafado, consoante às seguintes cláusulas e condições:

I - OBJETO

Registro de Preços para FORNECIMENTO À PMSP, DE: CHAPAS DE MADEIRA COMPENSADA, SARRAFOS DE MADEIRA, TABUAS DE CEDRINHO, PONTALETE DE CEDRINHO, MADEIRAS PARA TELHADO, PRANCHAS DE MADEIRA, DIVIDIDA EM AGRUPAMENTOS, DO(S) MATERIAL(IS) ABAIXO ESPECIFICADO(S), COMO SEGUE:

AGRUPAMENTOS – I, II, III, IV e V.

ITEM 01 – SARRAFO DE MADEIRA DE CEDRINHO PARA FORMA, SERRADA EM BRUTO, NA ESPESSURA DE 25MM, COM A SEGUINTE LARGURA: 100 MM, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 3ª CLASSE.;

ITEM 02 – PONTALETE DE CEDRINHO, SERRADO EM BRUTO, SECÇÃO QUADRADA, NAS DIMENSÕES DE 75 X 75MM, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 3ª CLASSE;

ITEM 03 – MADEIRA PARA TELHADO, SERRADA EM BRUTO, TIPO PEROBA ROSA, NA SEGUINTE FORMA E DIMENSÕES: VIGA 6 X 16CM, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 1ª CLASSE.;

ITEM 04 – MADEIRA PARA TELHADO, SERRADA EM BRUTO, TIPO PEROBA ROSA, NA SEGUINTE FORMA E DIMENSÕES: RIPA 1,2 X 5CM, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 1ª CLASSE;

ITEM 05 – PRANCHA DE MADEIRA APARELHADA, PEROBA ROSA, ESPESSURA DE 5CM E LARGURA DE 25CM, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 1ª CLASSE.;

ITEM 06 - PRANCHA DE MADEIRA APARELHADA, PEROBA ROSA, ESPESSURA DE 5CM E LARGURA DE 30CM, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 1ª CLASSE.

1.2 - O fornecimento será prestado no Município de São Paulo, nas áreas geográficas que compõem as unidades administrativas que integram os Agrupamentos acima especificados, nos respectivos depósitos ou no local de aplicação dos materiais.

1.3 – Deverão ser obedecidas as especificações e condições de fornecimento contidas no Anexo II – Especificações, do Edital da Concorrência que precedeu esta Ata de Registro de Preços e dela fica fazendo parte integrante.

1.4 – O consumo mensal estimado pela Prefeitura para os 01, 02, 03, 04, 05 e 06 é de 40 m (quarenta metros), todos por item e por unidade administrativa que integra cada agrupamento.

II - DOS PREÇOS

2.1 – Os preços unitários que vigorarão inicialmente nesta Ata de Registro de Preços são:

Agrupamento I

Perus – Pirituba - Freguesia/Brasilândia – Casa Verde/Cachoeirinha – Tremembé/Jaçanã e Santana/Tucuruvi

Item 01 = R\$ 1,30 (Hum real e trinta centavos)/m;
Item 02 = R\$ 2,55 (Dois reais e cinqüenta e cinco centavos)/m;
Item 03 = R\$ 6,25 (Seis reais e vinte e cinco centavos)m;
Item 04 = R\$ 0,74 (Setenta e quatro centavos de real)/m;
Item 05 = R\$ 16,00 (Dezesseis reais)/m;
Item 06 = R\$ 19,50 (Dezenove reais e cinqüenta centavos)/m.

Agrupamento II

Vila Maria/VilaGuilherme - Penha – Aricanduva – Mooca e Vila Prudente/Sapopemba

Item 01 = R\$ 1,30 (Hum real e trinta centavos)/m;
Item 02 = R\$ 2,55 (Dois reais e cinqüenta e cinco centavos)/m;
Item 03 = R\$ 6,25 (Seis reais e vinte e cinco centavos)m;
Item 04 = R\$ 0,74 (Setenta e quatro centavos de real)/m;
Item 05 = R\$ 16,00 (Dezesseis reais)/m;
Item 06 = R\$ 19,50 (Dezenove reais e cinqüenta centavos)/m.

Agrupamento III

Ermelino Matarazzo – São Miguel – Itaim Paulista – Itaquera - Guaianazes – São Mateus - Cidade Tiradentes

- Item 01 = R\$ 1,30 (Hum real e trinta centavos)/m;
- Item 02 = R\$ 2,55 (Dois reais e cinqüenta e cinco centavos)/m;
- Item 03 = R\$ 6,25 (Seis reais e vinte e cinco centavos)m;
- Item 04 = R\$ 0,74 (Setenta e quatro centavos de real)/m;
- Item 05 = R\$ 16,00 (Dezesseis reais)/m;
- Item 06 = R\$ 19,50 (Dezenove reais e cinqüenta centavos)/m.

Agrupamento IV

Ipiranga – Jabaquara – Socorro - Parelheiros – Santo Amaro – Campo Limpo - Cidade Ademar - M'Boi Mirim

- Item 01 = R\$ 1,30 (Hum real e trinta centavos)/m;
- Item 02 = R\$ 2,55 (Dois reais e cinqüenta e cinco centavos)/m;
- Item 03 = R\$ 6,25 (Seis reais e vinte e cinco centavos)m;
- Item 04 = R\$ 0,74 (Setenta e quatro centavos de real)/m;
- Item 05 = R\$ 16,00 (Dezesseis reais)/m;
- Item 06 = R\$ 19,50 (Dezenove reais e cinqüenta centavos)/m.

Agrupamento V

Butantã – Pinheiros – Lapa – Sé – Vila Mariana

- Item 01 = R\$ 1,30 (Hum real e trinta centavos)/m;
- Item 02 = R\$ 2,55 (Dois reais e cinqüenta e cinco centavos)/m;
- Item 03 = R\$ 6,25 (Seis reais e vinte e cinco centavos)m;
- Item 04 = R\$ 0,74 (Setenta e quatro centavos de real)/m;
- Item 05 = R\$ 16,00 (Dezesseis reais)/m;
- Item 06 = R\$ 19,50 (Dezenove reais e cinqüenta centavos)/m.

2.2 – Os preços a serem pagos à Detentora, serão os vigentes na data da “Requisição/Pedido”, independentemente da data da entrega dos materiais.

2.3 - Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais objeto desta Ata de Registro de Preços, incluído frete até os locais de entrega, a serem indicados pela Prefeitura.

III - REAJUSTES DE PREÇOS

3.1 - Não haverá reajuste de preços.

3.2 – Os preços unitários registrados, poderão ser adequados com elevação ou redução de seus respectivos valores, pelo Departamento de Gestão de

Suprimentos/COMPREMS, ou outro órgão que vier a ser indicado em função da dinâmica de mercado, obedecendo a metodologia a seguir :

3.2.1 - Independentemente de solicitação da detentora da Ata de Registro de Preços a PMSP poderá, a qualquer tempo, rever o(s) preço(s) registrado(s), em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer o novo valor.

3.2.2 – O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser majorado(s) pela PMSP mediante solicitação da detentora, desde que acompanhado(s) de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos julgados necessários a comprovar a variação de preços no mercado.

3.2.3 – O(s) novo(s) preço(s) só será(ão) válido(s) após sua publicação no D.O.M., retroagindo à data do pedido de adequação formulado pela Detentora desta Ata de Registro de Preços, para efeitos de pagamentos dos fornecimentos efetuados entre a data de tal pedido e a data da publicação do(s) novo(s) preço (s), ou ao momento de constatação de eventual redução para os mesmos fins.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais e municipais sobre a matéria.

IV - VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura, prorrogável a critério das partes, uma única vez, por igual período, nos termos do art. 13 da Lei nº 13.278/02.

V - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - O compromisso do fornecimento só estará caracterizado após o recebimento da "Requisição/Pedido" ou instrumento equivalente, devidamente precedido do Termo de Contrato, quando cabível, e/ou da competente Nota de Empenho, decorrentes desta Ata de Registro de Preços.

5.2 - Quando cabível a lavratura do Termo de Contrato, a Detentora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da convocação, assiná-lo, recolhendo, para tanto, os emolumentos devidos e apresentando os documentos referidos no item 5.4 abaixo, momento em que ser-lhe-á entregue a correspondente Nota de Empenho.

5.3 - Quando desnecessária a lavratura do Termo de Contrato, o prazo para retirada da Nota de Empenho será de 03 (três) dias corridos, contados a partir da convocação da Detentora.

5.4 - A entrega da Nota de Empenho ficará sempre condicionada à apresentação dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

5.4.1 - Certidão de Inexistência de Débito para com a Seguridade Social (CND);

5.4.2 - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

5.4.3 - Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários expedida pela Secretaria Municipal das Finanças do Município de São Paulo, ou , caso a detentora não seja inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários deste Município de São Paulo, declaração, sob as penas da Lei, no sentido de que não é cadastrada e de que nada deve a esta Municipalidade relativamente a tais tributos.

5.5 – Formalizada a contratação, a Unidade poderá emitir “requisição/pedido”.

5.5.1 - A "Requisição/Pedido" ou instrumento equivalente, deverá obrigatoriamente conter: data, número do processo, número da Ata de RP, identificação do Agrupamento, número do Termo de Contrato, quando for o caso, número da Nota de Empenho, tipo e quantidade do material solicitado, valor, local (ais) de entrega, assinatura do responsável pela Unidade Requisitante, data da recepção pela Detentora e assinatura de seu preposto, com a sua identificação. Deverá ser juntada cópia do pedido nos processos de requisição e no de liquidação da despesa.

5.6 - A Detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do presente ajuste, observados os limites de quantidade constantes do subitem 1.4 desta Ata.

5.7 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o “Pedido”, o mesmo deverá ser enviado pelo Correio registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro para todos os efeitos legais.

5.8 - O prazo máximo para entrega do(s) material(is), parceladamente ou não, a critério da Unidade Requisitante, será de **05 (cinco) dias corridos**, contado a partir do dia seguinte à data do recebimento da “Requisição/Pedido”, ou instrumento equivalente, pela Detentora. Ultrapassando-se as quantidades previstas no subitem 1.4 desta Ata, este prazo pode ser alterado de comum acordo entre as partes, desde que devidamente formalizado e limitado ao **máximo de 15 (quinze) dias corridos**.

5.9 - Corre por conta da detentora qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte.

VI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, ou do objeto do contrato, em caso de entrega única.

6.1.1 – Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.2 - Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a seguinte documentação:

6.2.1 - Atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante;

6.2.2 - 1ª via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal - Fatura;

6.2.3 - Fatura, no caso de Nota Fiscal;

6.2.4- Xerox da Nota de Empenho;

6.2.5 - Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

6.3 - O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANESPA – Banco do estado de São Paulo S.A. ou outro Banco que vier a ser indicado por SF ou, excepcionalmente, no Departamento do Tesouro, a critério da Secretaria das Finanças, nos termos do Decreto nº 31.136, publicado no DOM de 29/01/92.

6.4 - Quaisquer pagamentos não isentarão a Detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos materiais.

6.5 - Não será concedida atualização ou compensação financeira.

VII - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O fornecimento, objeto da Ata de Registro de Preços será recebido pela PREFEITURA consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

7.2 - Por ocasião do recebimento deverão ser obedecidos os critérios estabelecidos na Portaria 077 / SMA - G, de 21/ 09/1993.

7.3 - Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega, e avaliarão as condições físicas do material. Caso estas condições não sejam satisfatórias ou estejam em desacordo com o pedido, bem como com as especificações constantes no Anexo II do Edital que precedeu esta Ata de R.P. e dela faz parte integrante, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser repostas por outra, no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da data da devolução ou da comunicação para troca, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

VIII - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1 - A Detentora será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos

pessoais e materiais causados a terceiros durante o transporte e descarga dos materiais nos locais de entrega.

8.2 - A Detentora deve arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8.3 - A Detentora obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão se realizar em outros locais.

8.4 – A detentora deverá fornecer todos os dados necessários ao atendimento do disposto no artigo 9º da Lei Municipal 13.278/02.

8.5 – A detentora deverá observar no decorrer das contratações, decorrentes do Registro de Preços, os termos da Lei Municipal 13.278/2002, da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

8.6 – A detentora obriga-se à manter, durante toda vigência desta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que a precedeu, obrigando-se, ainda, a comunicar à SMSP/COGEL, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização.

IX - PENALIDADES

9.1 – São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes. No que tange às multas, a Detentora estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas:

9.1.1 - Multa pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da Nota de Empenho;

9.1.1.1 - Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados mencionados no item 5.4 desta Ata de R.P.

9.1.2 – Multa pelo atraso na retirada da Nota de Empenho sem a devida justificativa, aceita pela Unidade Requisitante: 10% (dez inteiros por cento) sobre o seu valor.

9.1.3 - Multa por dia de atraso na entrega programada do material : 1,0 % (hum inteiro por cento) por dia sobre o valor da quantidade entregue com atraso.

9.1.3.1 - A partir do 20º (vigésimo) dia de atraso na entrega programada de material, ficará configurada a inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso, incidindo as consequências legais daí advindas, nos termos da Lei nº 8.666/93.

9.1.4 – Multa pela entrega de material em desconformidade com as condições desta Ata: 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor deste material, independentemente da obrigação de trocá-lo.

9.1.5 – Multa por descumprimento de cláusula contratual e/ou exigência da Unidade Requisitante: 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor da Nota de Empenho.

9.1.6 - Multa pela inexecução parcial do pedido: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da parcela inexecutada.

9.1.7 - Multa pela inexecução total do pedido: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o seu valor.

9.1.8 – Multa pelo cancelamento da Ata por culpa da detentora: 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado, calculado sobre o número de meses faltantes para o término da Ata, considerando a quantidade de Unidades Administrativas de cada agrupamento para os quais o(s) material(is) seria(m) fornecido(s).

9.2 - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

9.3 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

X - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, pela Administração, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a detentora:

10.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2 - Descumprir o estabelecido no parágrafo único do artigo 9º da Lei Municipal 13.278/2002;

10.1.3 - Não formalizar o Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.4 - Não aceitar reduzir o(s) seus(s) preço(s) registrado(s) na hipótese de tornar(em)-se superior(es) ao(s) praticado(s) no mercado;

10.2 - A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando presentes razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

10.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nos itens 10.1 e 10.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de

recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

10.3.1 - Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 – Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, com as consequências daí advindas.

XI - UTILIZAÇÃO DA ATA E EMISSÃO DO EMPENHO

11.1 - Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São Paulo, inclusive o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, mediante consulta ao órgão gerenciador, nos termos do disposto no artigo 31 do Decreto 41.772/2002., observado o critério de regionalidade estabelecido na sua cláusula 1.2.

11.1.1 - Caberá a detentora da ata, observadas as condições estabelecidas, aceitar o fornecimento, sem prejuízo do atendimento dos quantitativos inicialmente estimados.

11.2 - A contratação e a emissão de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Subprefeitura ou da Pasta à qual pertencer a Unidade Requisitante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando a Unidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.

11.3 - A retificação do empenho ou seu cancelamento total ou parcial obedecerão a mesma regra.

XII- DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada a detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

12.2 – Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata, implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

12.3 - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/02, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente aos casos omissos.

12.4 - A contratada no ato da assinatura desta Ata apresentou:

12.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ;

12.4.2 - Certidão de Inexistência de Débito para com a Seguridade Social (CND);

12.4.3 - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

12.4.4 - Certidão Negativa de Débitos referentes a Tributários Mobiliários expedida pela Secretaria Municipal das Finanças do Município de São Paulo,

ou

Caso a detentora não seja inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários deste Município de São Paulo, declaração, sob as penas da Lei, no sentido de que não é cadastrada e de que nada deve a esta Municipalidade relativamente a tais tributos.

12.5 - Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação - Concorrência nº 21 / SMSP / COGEL / 2002, seus Anexos e a proposta da detentora.

Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.